

**Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços -
CDEICS**

REQUERIMENTO

(Da Sra. Keiko Ota)

Solicita a realização de audiência pública para tratar do Terceiro Setor, com enfoque principal nas isenções, imunidades, tributação e incentivos fiscais.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para tratar do Terceiro Setor, com enfoque principal nas isenções, imunidades, tributação e incentivos fiscais. Para tanto, sugerimos que sejam convidados a comparecer a esta audiência pública as seguintes representantes:

Representante da Receita Federal;

Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS;

Representante do CRCRS - Conselho Regional de Contabilidade/RS;

Representante do CFC - Conselho Federal de Contabilidade;

JUSTIFICAÇÃO

Terceiro Setor é um termo sociológico utilizado para definir organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público.

Dentro das organizações que fazem parte do Terceiro Setor, estão as ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades filantrópicas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos.

No Brasil, nem todas as entidades, mesmo as que pratiquem ações sociais e filantrópicas, têm isenção total de tributos. A isenção pode ser total ou parcial, dependendo do cumprimento de determinados aspectos específicos da regulamentação.

Benefícios às organizações do terceiro setor. Para os benefícios, as entidades podem ser divididas em dois campos:

- 1) as imunes e
- 2) as que somente podem gozar de isenções.

A imunidade é assegurada pela Constituição Federal a determinadas entidades, em seu artigo 150.

Hoje se torna bastante evidente a importância das organizações do Terceiro Setor no País. Devido a uma péssima distribuição de renda e uma má administração dos recursos públicos, a maior parte da sociedade se encontra em uma difícil situação econômico-social.

Nessas lacunas criadas por estes problemas é que surgem as Organizações do Terceiro Setor, se mostrando, cada vez mais, uma boa solução para estes problemas. O Estado, principal responsável pela realização das então políticas sociais desenvolvidas por essas organizações, se vê na obrigação de incentivar e auxiliar, de uma certa forma, a manutenção das atividades destas organizações. Desta forma criou as isenções, imunidades, e incentivos fiscais direcionados a estas organizações na intenção de desonerar este setor.

É necessário então que passemos a ter uma atenção maior com este setor tão importante da nossa economia, pois só assim ele poderá prosperar e perpetuar.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputada Keiko Ota (PSB/SP)